



Revista de História (São Paulo)

ISSN: 0034-8309

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas, Departamento de História

Bracht, Fabiano

*MEDICINA ORIENTAL: FILOSOFIA NATURAL, MEDICINA
E FARMÁCIA NA OBRA DE LUÍS CAETANO DE MENESES*

Revista de História (São Paulo), núm. 178, a05218, 2019

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas, Departamento de História

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.145084>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=285061378051>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UAEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



ARTIGO

MEDICINA ORIENTAL: FILOSOFIA NATURAL, MEDICINA E FARMÁCIA NA OBRA DE LUÍS CAETANO DE MENESES

Contato
Rua Ministro Ferreira Alves, 330
05009060 – São Paulo – São Paulo – Brasil
bracht.fabiano@gmail.com

 **Fabiano Bracht***
Universidade de São Paulo
São Paulo – São Paulo – Brasil

Resumo

O objetivo deste artigo é, através da análise da obra *Medicina oriental*, do médico goês Luís Caetano de Meneses, contribuir para uma melhor compreensão a respeito da produção de conhecimentos médicos/farmacêuticos na Índia Portuguesa durante o século XVIII. As questões fundamentais deste artigo estão relacionadas à construção do conhecimento nos espaços coloniais e à relevância dos contextos locais para o processo de produção de conhecimento.

Palavras-chave

Índia Portuguesa – Circulação de conhecimento – História da medicina – Luís Caetano de Meneses – Medicina oriental.

* Doutor em História pela Universidade do Porto, Portugal. Pesquisador do Programa de Pós-Doutorado do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil. Bolsista de pós-doutorado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo (Fapesp, processo 2018/02259-5). Tem experiência na área de História Moderna, História da Ásia, História do Império Atlântico Português, História da Índia Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: História e Filosofia das Ciências; História da Filosofia Natural; História da Botânica, História da Farmácia e História Social da Medicina.



ARTICLE

MEDICINA ORIENTAL:
NATURAL PHILOSOPHY,
MEDICINE AND
PHARMACY IN THE
WORK OF LUÍS
CAETANO DE MENESES

Contact
Rua Ministro Ferreira Alves, 330
05009060 – São Paulo – São Paulo – Brazil
bracht.fabiano@gmail.com

 **Fabiano Bracht***
Universidade de São Paulo
São Paulo – São Paulo – Brazil

Abstract

The objective of this article is to analyze the work *Medicina oriental*, written by Goan physician Luís Caetano de Meneses, and thus contribute to a better understanding of the production of medical/pharmaceutical knowledge in Portuguese India during the 18th century. The fundamental questions in this article are related to the construction of knowledge in colonial environments and the relevance of local contexts to the knowledge production process.

Keywords

Portuguese India – Circulation of knowledge – History of medicine – Luís Caetano de Meneses – *Medicina oriental*.

Introdução

Este artigo pretende analisar a obra do médico goês Luís Caetano de Meneses, *Medicina Oriental*¹ (séc. XVIII). O objetivo é, através da análise do contexto histórico da obra, assim como de seus conteúdos, responder a duas questões fundamentais. Primeiro, como as estruturas sociais do Império impactaram a vida dos agentes produtores de conhecimento oriundos da Índia Portuguesa? Já o segundo campo de análise pretende conduzir a reflexões mais precisas acerca da natureza específica dos textos produzidos na Índia Portuguesa. Importa, assim, saber: como conhecimento produzido dentro de condições históricas particulares, espaços geográficos específicos e paisagens socioculturais diversas das encontradas na Europa, em que medida tais textos diferiram e quais relações guardaram com aqueles produzidos no Ocidente durante o mesmo período? Para cumprir este objetivo, a análise se desenvolverá em três etapas. A primeira consiste na apresentação dos referenciais teóricos. Nesta etapa serão definidos os conceitos necessários à análise do objeto central do artigo. A seguir, apresentarei uma contextualização da produção da *Medicina Oriental* bem como de aspectos relevantes a respeito de seu autor, seu enquadramento social e seu percurso intelectual. Nesta etapa, procurarei demonstrar como os contextos sociais e conflitos raciais e religiosos da Goa setecentista estão relacionados ao autor e sua obra. Na terceira e última etapa, analisarei a obra propriamente dita. Esta análise será feita em duas frentes. Primeiro examinarei as relações existentes entre a *Medicina Oriental* e o universo intelectual médico/farmacêutico europeu. Na segunda parte, farei uma análise acerca das conexões existentes entre a obra de Luís Caetano de Meneses e os conhecimentos locais. Nesta etapa a análise será, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa, com o objetivo de não apenas identificar o conteúdo local, mas também a forma como este foi inserido na obra.

Enquadramento teórico

De meados do século XVI aos primeiros anos do XIX, o Império Português constituiu-se numa peculiar amálgama de quatro continentes. De formas variadas, a circulação de pessoas pelos canais abertos a partir da expansão e estabelecimento do Império proporcionou o encontro entre com-

¹ Academia das Ciências de Lisboa – Série Azul de Manuscritos – COD 21 e COD 22.

plexos culturais provenientes da Ásia, Europa, América e África, ativando processos de reconfiguração de identidades e padrões sociais. Nestes processos, ocorreram transferências culturais de amplo espectro, que promoveram o desenvolvimento de dinâmicas de sincretização entre distintos universos culturais. De fato, um grande número de indivíduos esteve envolvido na produção de diversos matizes de conhecimento. Muitos também foram aqueles que se constituíram como canais de comunicação, intermediários entre complexos culturais distintos, elos de comunicação ativos cuja ação foi determinante para o produto final, isto é, o conhecimento acumulado, produzido, expandido e reconfigurado durante o processo de expansão e consolidação dos impérios coloniais (RAJ, 2009).

A História das Ciências em Goa, no século XVIII, esteve inserida no contexto mais amplo do Império Ultramarino português. Este, por sua vez, fez parte da conjuntura constituída por questões que envolvem a expansão marítima europeia e o processo de consolidação dos impérios coloniais na Idade Moderna. Obviamente, estas conexões não devem ser negligenciadas. Esse processo possuiu diversas características intrínsecas à própria expansão ultramarina. Para meus objetivos, considero fundamental a compreensão de duas delas. A primeira é a da complexidade biogeográfica dos impérios que se estenderam entre o Atlântico e o Índico em incontáveis domínios morfoclimáticos (CROSBY, 2011). A segunda remete-nos para uma necessidade que deve permear a consciência de qualquer historiador que se aventure a percorrer os caminhos que levam ao estudo da História do Império Português: o processo precisa ser observado da forma mais ampla possível, ou seja, deve-se tentar compreendê-lo como um complexo de componentes articuladas entre si (BETHENCOURT; CURTO, 2010), como um conjunto interligado. Desde o início de sua construção, ainda no século XV, o Império constituiu-se, em grande medida, como um complexo sistema de fronteiras, que se expandia à mesma razão do alcance das caravelas.

O termo “fronteira” é utilizado com frequência por historiadores. Apon-ta para um uso específico. Por exemplo, na forma como a definiu Peter Burke (2008), uma linha de fronteira não é necessariamente um local, podendo ser marcada pelos limites de um encontro cultural em que ambos os lados são claramente definidos, mas ao mesmo tempo dotados de uma permeabilidade seletiva cuja natureza é condicionada por fatores específicos e de dimensão histórica. O conceito é válido, mas para ser utilizado neste artigo, precisará ser ampliado, principalmente por dois motivos.

Primeiro, porque na medida em que uma cultura humana não existe dissociada do ambiente circundante, a dinâmica das permeabilidades fron-

teiriças é fortemente influenciada pela variabilidade relativa ao meio físico no qual ocorre (SANTOS; BRACHT; CONCEIÇÃO, 2013). No caso específico do Império Português, essa variabilidade era especialmente grande, em decorrência da amplitude geográfica e, portanto, climática e biótica contida em seu conjunto. Nele estabeleceu-se um intenso regime de trocas, no qual elementos naturais e culturais ultrapassaram barreiras impostas por um distanciamento que se encurtava cada vez mais, à medida que se solidificavam as rotas comerciais abertas durante os primeiros decênios da expansão.

Segundo, porque dentre os fatores que influenciaram, ao longo da Era Moderna, a produção de conhecimento filosófico natural e em alguns de seus campos correlatos como, por exemplo, a medicina e a farmácia, poucos exerceram tanta influência quanto a grande variabilidade de formas com que se estabeleceram as relações interculturais (RAJ, 2010, p. 10–11) no âmbito da expansão dos impérios coloniais (PRATT, 1992, p. 6). Os espaços coloniais, em termos de circulação de conhecimento, podem ser definidos como regiões fronteiriças, móveis, dinâmicas e mutáveis, mas ainda assim, fronteiras, com marco de limites estabelecidos e, por vezes, difíceis de serem ultrapassados. Em seu sentido metafórico, a *fronteira*, em termos históricos, pode também ser entendida como território em disputa, onde novos padrões culturais são forçosamente talhados à medida que algum dos concorrentes ganha ou perde terreno. Em se tratando de produção de conhecimento, o termo “fronteira” adquire um sentido muito próximo do utilizado por Richard White (2001, p. 8), que se reporta, em determinando espaço geográfico e temporal, a séries de interações e interseções sociais e econômicas. Nesse sentido, é importante que se tenha em mente ambas as dimensões, social e econômica, da produção do conhecimento.

Em 2001, na edição comemorativa dos vinte anos da primeira publicação de seu livro, *The Middle Ground: Indians, empires and republics in the Great Lakes Region, 1650-1815*, White procurou elaborar de forma mais precisa o *topos* que denominou como o *Middle Ground*² das relações interculturais. Segundo ele, este seria o espaço metafórico no qual ocorreriam as trocas interculturais, seria o lugar do confronto entre

um regime imperial ou Estado e formas não estatais de organização social, um equilíbrio áspero de forças, uma necessidade mútua, ou ainda, um desejo por aquilo que o outro

² Optei por não traduzir a expressão por considerar que em sua versão original pode ser melhor compreendida.

possui, e uma inabilidade, por parte de um dos lados, de impingir a força necessária para compelir o outro a fazer o que é desejado. (WHITE, 2001, p. xx, tradução nossa)³

Nesse sentido, dá-se o estabelecimento de processos contínuos de permutas, apropriações e ressignificações, profundamente influenciados pelo eventual grau de desequilíbrio existente entre as forças presentes no complexo fronteiro. Desta forma, há um desenvolvimento, no qual é visível o fato de que “força e violência dificilmente são estranhos a esse processo de criação e manutenção de um *middle ground*, embora o elemento crítico seja a mediação” (WHITE, 2001, p. 8, tradução nossa).⁴ Por mediação não se deve entender, no entanto, qualquer tipo de isonomia nas relações entre ambos os lados, mas sim que existe, como possibilidade interpretativa, alguma razoabilidade em se supor que o colonizador não é capaz de obter para si todos os despojos, na mesma medida em que o colonizado resiste, cedendo sempre o mínimo que lhe é possível.

Essas preocupações referem-se, de maneira geral, à existência e permanência de grandes contradições nos processos de encontros culturais em ambientes coloniais. Tornou-se amplamente aceita a ideia de que o conflito e a necessidade de mediação foram processos inerentes também à produção do conhecimento nos ambientes coloniais. A própria construção desses conhecimentos situou-se, por ser feita através de trocas e negociações, dentro da *zona de contato* (PRATT, 1992, p. 6-7, tradução nossa)⁵ – o *locus* dos

encontros coloniais, os espaços nos quais povos antes separados, em termos históricos e geográficos, entram em contato estabelecendo relações contínuas, geralmente envolvendo condições de coerção, desigualdade extrema e conflito insolúvel.⁶

Muito mais do que resultado do entendimento, a produção de conhecimento nos ambientes coloniais emergiu do conflito, dos interesses cruzados, através de sensíveis processos de negociação. As congruências, ou concor-

³ No original: “a confrontation between imperial or state regimes and non-state forms of social organization, a rough balance of power, a mutual need or desire for what the other possesses, and an inability of one side to command enough force to compel the other to do what it desired”.

⁴ No original: “Force and violence are hardly foreign to the process of creating and maintaining a middle ground, but the critical element is mediation”.

⁵ No original: “contact zone”.

⁶ No original: “space of colonial encounters, the space in which peoples geographically and historically separated come into contact with each other and establish ongoing relations, usually involving conditions of coercion, radical inequality, and intractable conflict”.

dâncias, pontos de interesse comum surgidos desses processos foram, em larga medida, resultantes de entendimentos incompletos a respeito do outro, sendo, entretanto, um processo contínuo de “incompreensões mútuas e criativas” (WHITE, 2001, p. 8, tradução nossa)⁷. Este conceito, *creative misunderstandings*, acabou por tornar-se peça-chave dos mais recentes entendimentos sobre a produção de conhecimento nos universos coloniais. Não por acaso, Harold John Cook utilizou-se exatamente da mesma expressão para intitular uma de suas mais recentes contribuições ao estado da arte dessa matéria (COOK, 2013).

A sociedade goesa desenvolveu-se, desde o século XVI, em meio às muitas contradições geradas pela presença do poder colonial português. Nesse contexto, os elementos contrastantes eram relativos às questões raciais, religiosas e sociais. Era uma sociedade plural, cujo panorama caleidoscópico se transformava constantemente à medida que se desenvolviam as interações entre os diferentes grupos que a compunham e as relações entre estes e o poder português, representado a nível institucional pelo Estado e pela Igreja nas suas múltiplas dimensões. Havia sempre muitos pontos de tensão, os quais eram, com frequência, apenas parcialmente distendidos em intrincados processos de negociação, por vezes com uso direto – ou apenas demonstração simbólica – de força por parte das autoridades coloniais. Os conflitos davam-se entre europeus e seus descendentes, entre estes e os povos locais – os quais podiam ser ou não católicos –, e entre estes últimos, de forma multipolar. Esses conflitos poderiam envolver religião, castas e diversos outros interesses (LOPES; MATOS, 2006; XAVIER, 2008; XAVIER; ŽUPANOV, 2015). Esses processos, por sua vez, decorreram também da permeabilidade das fronteiras culturais e da partilha de conhecimentos (POLÓNIA, 2012, 2014).

Durante todo o longo período em que existiu, o Império Português na Ásia, mais especificamente a sua componente indiana, foi muito mais do que um ponto de dispersão da cultura e dos princípios organizacionais das sociedades europeias. Foi, sobretudo, um centro produtor e difusor de conhecimentos construídos sob as especificidades locais, mas nunca isolado de seus contextos mais amplos. Poderá se afirmar que muito do que foi produzido teve como energia de ativação a ação de instituições europeias, sobretudo os centros de ensino das ordens religiosas. No entanto, sob a epiderme das estruturas institucionais, intrincadas redes de relações interpessoais, interinstitucionais e transversais às fronteiras sociais, raciais, religiosas e cultu-

⁷ No original: “This was and is a process of mutual and creative misunderstanding”.

rais desenvolveram-se incessantemente. Volume razoável de conhecimento foi produzido sob essas condições, e ele certamente circulou mais do que à primeira vista pode parecer. Subcutaneamente ao tecido das instituições e dos bloqueios típicos das sociedades do Antigo Regime, houve intensa atividade intelectual, portadora de marcas indeléveis impressas pelos elementos locais e por certas particularidades, naturais a um Império estabelecido em quatro continentes.

O homem e a obra: a *Medicina Oriental* de Luís Caetano de Menezes

A *Medicina Oriental*, foi escrita por um goês, identificado por seus contemporâneos como médico, chamado Luís Caetano de Menezes (BRACHT, 2016, 2017; BRACHT; POLÓNIA, 2018; PEREIRA, 2017). Sobre ambos, o relato mais assertivo foi escrito em 1786, por Francisco Luís de Menezes, um luso-descendente nascido em Goa, militar e sócio-correspondente da Academia das Ciências de Lisboa (BRACHT, 2017, p. 269; PEREIRA, 2017).

O Medico Luis Caetano de Menezes natural de Goa e morador que foi na ilha de Divar da Piedade, huma das suas adjacentes, com trabalho de muitos anos despeza e exames reiterados, formalizou e escreveu os seus Tratados em dois outros volumes que intitidou *Medicina Oriental, Socorro Indico*. Não tendo chegado a dar a ultima mão aos seus manuscritos por lhe ter talhado a morte; os recomendou a hum seu parente para os fazer imprimir.⁸

Apesar do indicado nesta passagem, *Medicina Oriental* nunca chegou a ser impresso. A obra é composta de dois tomos. O primeiro, *Socorro indico aos clamores dos pobres enfermos do Oriente para a total profiligação de seus males*, tem 1.312 páginas de teoria médica, listagem e análise de medicamentos e receitas farmacêuticas. Informa-se, em título, que foi “adquirida de varios professores da medicina” e é “offerecida a S.ma Trindade único deos verdadeiro. Por hum natural de Goa”.⁹ Este primeiro tomo é composto por sete livros, escritos na forma de *historologias médicas*, ou seja, discussões que incluíam, no século XVIII, descrições de história natural aplicadas à análise dos predicados medicinais de dado objeto. O termo era de uso relativamente comum, principalmente para a indicação da natureza de tratados médicos e

⁸ Biblioteca Nacional de Portugal – COD 6377.

⁹ ACL – Serie Azul de Manuscritos – COD 21.

botânicos (BRACHT, 2017, p. 269). Os tratados, na ordem em que aparecem no livro, versam acerca “das plantas, dos peixes, das aves, dos animaes quadrupedes, dos animaes reptantes, dos metaes, mineraes, e das pedras preciosas”. O segundo tomo é complemento do primeiro. Sob o título *Medicina Oriental: pharmacia indiana*, é uma compilação de mais de trezentas páginas contendo “varias compoziçoens pharmaceutico-indianas”. É, de fato, uma farmacopeia, com instruções para o preparo e fabrico de diversos medicamentos, segundo o autor, em suas composições *chimicas* e *galénicas*.¹⁰

No primeiro tomo, na “Dedicatória à Santíssima Trindade”, o autor ainda informou que pretendia escrever três livros,¹¹ o que corrobora a informação, dada pelo sócio-correspondente da Academia, de que ele teria morrido antes de completar seu trabalho. Há de se ressaltar, no entanto, que o próprio autor não forneceu, ao longo de toda a obra, nenhuma indicação de que fosse mesmo médico. É evidente que possuía treinamento em medicina e farmácia, mas o seu percurso de estudos não pode ser comprovado pela documentação disponível. Em certa passagem, o autor chegou mesmo a afirmar, talvez como medida cautelar para não ser mais tarde acusado de se fazer passar por algo que não era, que o fato de ter produzido seus livros poderia parecer demasiada “presumpção por me querer metter entre authores doutos sem capacidade competente de Letras”.¹²

O período de produção da obra pode ser inferido a partir das indicações dadas pelo próprio autor, bem como pela informação de Francisco Luís de Meneses. A escrita da *Medicina Oriental* aconteceu entre os anos de 1740 e 1772 (BRACHT, 2017, p. 217-228). Sobre a forma como a obra teria chegado à Europa, o próprio Francisco Luís de Meneses escreveu: “a impressão dos referidos manuscritos foi dirigida de Goa pelo Padre Pedro Delgado, da Congregação do Oratório ao Padre João Faustino, da mesma congregação de Lisboa do Colegio das Necessidades; e se espera que brevemente se farão publicar”.¹³

O religioso mencionado, padre Pedro Delgado, da Congregação do Oratório de Goa, foi, portanto, o parente a quem Luís Caetano havia confiado a impressão de sua obra. A presente passagem aponta para uma menor probabilidade de estar correta a suposição levantada por Magnus Pereira de que fora o próprio Francisco Luís de Meneses o responsável pelo envio da obra

¹⁰ ACL – Serie Azul de Manuscritos – COD 22.

¹¹ ACL – Serie Azul de Manuscritos – COD 21.

¹² ACL – Serie Azul de Manuscritos – COD 21.

¹³ BNP – COD 6377.

para o reino (PEREIRA, 2017). Adicionalmente, não existe nenhuma indicação, na correspondência trocada entre Francisco Luís e a Real Academia das Ciências de Lisboa, que possa corroborar esta hipótese.¹⁴

A Congregação do Oratório de Goa, canal comunicativo através do qual a obra foi enviada a Lisboa, tinha por principal característica ser formada exclusivamente por goeses católicos, de ascendência indiana, da casta brâmane. Estes dedicavam-se, além da vida religiosa, a intensa atividade evangelizadora, atividades como o direito, a diplomacia, a medicina e o ensino. Em suas escolas e demais instituições eram admitidos apenas os filhos da elite goesa católica e brâmane (LOPES, 2009; PIEDADE; TAVARES, 2010). Após a expulsão dos Jesuítas, em 1759/60, os oratorianos ficaram responsáveis pela administração de alguns dos hospitais de Goa (LOPES; MATOS, 2006). As ligações estreitas de Luís Caetano com os oratorianos goeses reforçam a validade das teorias a respeito de sua origem brâmane.

Existem duas evidências dessa conexão de Luís de Meneses aos oratorianos. A primeira, já mencionada, é a memória escrita por Francisco Luís de Meneses e enviada à Academia das Ciências. A segunda pode ser encontrada em uma carta escrita em 1772, remetida de Lisboa para Goa pelo oratoriano goês Caetano Vitorino de Faria ao padre Pascoal Pinto, da mesma congregação. Nela foram mencionados dois *senhores* homônimos, Luís Caetano de Lima e Luís Caetano de Meneses. No documento, o padre Faria enumerou seus esforços para assegurar a criação de três universidades em Goa e pediu que as obras dos ditos *senhores* fossem remetidas a Lisboa, dirigidas ao Ilustríssimo Mestre da Ordem “e offerecidas ao ministério, pois já lhe tenho informado nesta matéria” (RIVARA, 1875, p. 96).

O Ilustríssimo ao qual Caetano Vitorino de Faria se referiu era o Mestre da Ordem dos Oratorianos em Lisboa, padre João Faustino (RIVARA, 1875, p. 96), também mencionado por Francisco Luís.¹⁵ O padre João Faustino foi um dos membros fundadores da Academia das Ciências de Lisboa, em cujo acervo se encontra a *Medicina oriental*. Isso traz-nos a um elemento importante para a caracterização desse autor. Sendo ele indiano, brâmane e ligado aos oratorianos, então, na segunda metade do século XVIII, certamente teve sua vida afetada pelos conflitos de origem política e racial então em franco desenvolvimento em Goa.

¹⁴ ACL – COD 1944 e COD 1945.

¹⁵ BNP – COD 6377.

Brâmanes versus charodós: a *Medicina Oriental* em um contexto de conflito.

Ao longo dos primeiros parágrafos deste artigo, procurei estabelecer a relação entre a produção de conhecimento e os contextos sociais relativos aos agentes produtores. *Medicina oriental* de Luís Caetano de Meneses, embora não fosse uma obra de conteúdo político, esteve envolvida em um contexto social conflituoso, resultante da tensão gerada pelas disputas raciais e religiosas ocorridas na *zona de contato*, no *middle ground* da Goa setecentista. Para compreender como isso se deu, é preciso traçar um panorama dos desdobramentos dos conflitos de origem sócio-étnico-religiosos da Goa colonial, ocorridos ao final do século XVIII.

Na segunda metade do século XVIII, os oratorianos goeses envolveram-se em uma conjuração contra diversas dimensões da autoridade metropolitana, principalmente a eclesiástica. A *Conjuração dos Pintos* foi um evento complexo, que envolveu luta política, religiosa e princípios de afirmação racial, principalmente por parte dos brâmanes goeses (PINTO, 2013). Na verdade, a história da conjuração pode ser considerada como um arquétipo dos conflitos existentes em Goa, lentamente gerados, que chegaram ao seu momento catártico pelos idos de 1787.

Em Goa, para além dos milhares de hindus, a maior parte a viver nos territórios das Novas Conquistas,¹⁶ havia uma importante população de indianos católicos (LOPES, MATOS, 2006) que, durante todo o período de domínio português até o final do século XVIII, esteve acima dos não cristãos, mas abaixo dos europeus, na divisão hierárquica dos benefícios do Estado, incluindo cargos administrativos e eclesiásticos (DIAS, 2002). Como se esse espaço já não fosse insuficiente para acomodar a sempre crescente demanda das elites locais por espaço dentro das estruturas comandadas pelos portugueses, havia ainda as disputas internas entre diferentes grupos de católicos goeses. Entre as muitas formas encontradas pelos indianos para a própria promoção dentro da sociedade colonial estava a tentativa de aproveitamento das brechas, abertas principalmente desde o final do século XVII, para o ingresso nas carreiras militares e eclesiásticas. No exército, desde o ministério do Marquês de Pombal (1750–1755),¹⁷ processou-se razoável abertura aos naturais de Goa e, apesar de os portugueses e seus descendentes terem

¹⁶ Territórios conquistados após as campanhas militares do século XVIII.

¹⁷ Período em que Pombal foi Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino.

continuado a exercer os cargos mais importantes, muitos indianos chegaram a posições de comando secundárias, principalmente após o início do ministério de Martinho de Melo e Castro, em 1770 (DIAS, 2002).

No universo religioso, entretanto, o panorama era mais complexo. No início dos setecentos, pode-se dizer que estava razoavelmente consolidada a posição social proeminente dos brâmanes católicos locais, principalmente pelo controle absoluto que detinham sobre a Congregação do Oratório de Santa Cruz dos Milagres de Goa, por eles fundada em 1682. Entretanto, outro grupo, cujos indivíduos pertenciam à casta charodó, também parte importante da elite católica goesa, disputava com os brâmanes o acesso aos privilégios e cargos de comando da estrutura eclesiástica local. A crescente rivalidade entre ambos os estratos parece ter recrudescido ao longo do século XVIII, numa demonstração de que, abaixo da superfície e da aparente estabilidade do domínio português, as águas estavam a ganhar força e velocidade. Isso fica evidente após a leitura dos estudos de Ângela Barreto Xavier.

A partir do século XVIII, o grupo que se autodenominava charodó, estava a adquirir competências inesperadas, posicionando-se na vizinhança dos interesses da coroa portuguesa. Não são bem claras ainda as razões subjacentes a esta aproximação, mas é inquestionável que a ela correspondeu a relativização do poder daqueles que se designavam por brâmanes. (XAVIER, 2008, p. 419)

Sabe-se que, por volta de 1771, Caetano Vitorino de Faria, responsável direto pela divulgação da *Medicina Oriental* em Portugal, encontrava-se em Lisboa. Ali permaneceu por um curto período, antes de partir para Roma. Uma vez na Europa, Faria procurou angariar apoio à causa brâmane, vinculada às ações dos oratorianos. A principal demanda girava em torno da nomeação de goeses para os cargos eclesiásticos, principalmente nas dioceses da Índia (PINTO, 2013, p. 27-39).

Desde a década de 1750, com a abertura promovida pelas reformas pombalinas, em certa medida continuadas no reinado de D. Maria I (1777-1816) nas esferas civil e militar, as populações coloniais puderam aumentar consideravelmente o espaço que ocupavam, principalmente nos cargos mais elevados. Parte disso deveu-se às reiteradas políticas em prol do fim da discriminação racial oficial. Em 1779, o ministro Martinho de Melo e Castro ordenou que se permitisse o acesso de goeses a postos de comando no exército, com o objetivo de incentivar a expansão dos contingentes (DIAS, 2002). O cenário sempre convulsionado das relações entre Goa e seus poderosos vizinhos tornava cada vez mais urgente o recurso às tropas locais, uma vez que Portugal não tinha condições de enviar soldados com a regu-

laridade necessária. Na esfera eclesiástica, no entanto, as transformações não se processaram ao mesmo compasso, principalmente por causa do poder de persuasão das ordens religiosas – franciscanos, dominicanos, beneditinos e agostinianos –, formadas exclusivamente por europeus (PINTO, 2013, p. 27–39). Através do Padroado Régio, era prerrogativa do monarca português a nomeação de bispos para os territórios imperiais, e as ordens europeias, principalmente a dos jesuítas antes de sua expulsão, possuíam grande influência sobre todo o processo (DIAS, 2002). O fato de jamais haver sido nomeado um bispo goês era uma fonte de profundo ressentimento para os clérigos naturais, fossem eles brâmanes ou charodós (DIAS, 2002). Além disso, os religiosos, como voz ativa das elites goesas, estavam profundamente envolvidos nas reivindicações ao poder em Lisboa pela criação de instituições de ensino superior, como ficou claro na carta de Caetano Vitorino de Faria escrita em 1772.

Uma vez em Lisboa, o padre Faria procurou fazer o máximo possível pela causa goesa, principalmente pela causa brâmane, para vencer a competição contra seus rivais charodós e conquistar privilégios para os oratorianos de Goa. Talvez por isso Lisboa tenha sido apenas uma escala em sua viagem a Roma, onde Faria obteve para seu filho, José Custódio de Faria, a aceitação no Colégio da *Propaganda Fide*, rival direta da instituição do Padroado Português no que se refere à evangelização dos povos do Oriente (PINTO, 2013, p. 27–39). De fato, José Custódio, o filho, doutorou-se em Roma, na Pontifícia Universidade Urbaniana, instituição ligada à *Propaganda Fide*, em 1780.¹⁸ Os acontecimentos políticos, no entanto, precipitaram-se de tal forma em Goa que a sublevação, que aparentemente não estava nos planos de Faria, rebentou em 1787, sendo duramente reprimida pelo governo local (DIAS, 2002).

Os padres Caetano Vitorino de Faria e Pedro Delgado, responsáveis pela divulgação da *Medicina Oriental* em Lisboa, foram implicados na conspiração, sendo Delgado preso e julgado por traição (PINTO, 2013, p. 45). Ao todo, foram presas 47 pessoas, entre as quais alguns oficiais do exército e 17 padres, todos ligados aos oratorianos. Quase todos os presos eram naturais de Goa, muitos inclusive da mesma localidade, a ilha de Divar, local de nascimento do autor de *Medicina oriental*. Vale lembrar que Luís Caetano de Meneses não

¹⁸ José Custódio de Faria ficou mais tarde conhecido como Abade Faria, envolvendo-se ativamente na Revolução Francesa. Existem fortes indícios de que tenha inspirado o escritor Victor Hugo a criar o *Abade*, enigmático personagem de sua obra *O Conde de Monte Cristo* (Dias, 2002).

se encontra na lista dos presos ou acusados de conspiração (RIVARA, 1875), compreensivelmente, porque em 1787 já havia falecido.¹⁹

Ao encomendar o envio da *Medicina Oriental* para Lisboa, no mesmo contexto do pedido para que fosse constituída uma faculdade de medicina sob o controle dos oratorianos, Caetano Vitorino de Faria esperava demonstrar os grandes progressos que estavam a ser feitos pelos brâmanes católicos nessa área. A criação e o controle de instituições de ensino de medicina era um importante campo de disputa entre brâmanes e charodós. As ordens religiosas tinham plena consciência da grande importância da medicina como ferramenta de auxílio à evangelização (PARDO-TOMÁS, 2014). A obra de Luís Caetano de Meneses assumia, assim, grande importância política. Primeiro, porque podia ajudar a justificar as alegações dos brâmanes oratorianos de serem eles os mais bem preparados para assumir a dianteira dos processos de evangelização e coordenação das futuras instituições de ensino superior goesas. Segundo, porque ao lhes conferir domínio sobre o exercício da medicina e a produção de medicamentos, com um poderoso aporte aos recursos locais, lhes seria permitido obter grandes vantagens ante seus maiores rivais, os charodós e as elites não cristãs. No entanto, para que isso fosse exequível, se deveria estabelecer um domínio claro sobre a produção de medicamentos a partir da combinação entre os conhecimentos que eram reconhecidos como válidos por parte das estruturas de poder europeias e os saberes locais, que confeririam um forte elo comunicativo com os povos goeses. Isso poderia dar-se em duas frentes paralelas: a incorporação em grande escala das drogas locais e o uso da língua local, o concani. Nesses dois campos, poucas obras foram capazes de avanços tão significativos quanto os que podem ser observados na *Medicina Oriental*. É, pois, de sua estrutura e conteúdo que tratarei daqui em diante.

¹⁹ A hipótese de que o autor de *Medicina oriental* pudesse ter feito parte do grupo de padres da Congregação do Oratório que participou da conjuração foi defendida por Magnus Pereira a partir da leitura da obra de Joaquim Eleodoro da Cunha Rivara (1875). No entanto, o nome de Luís Caetano de Meneses não é mencionado no referido texto (PEREIRA, 2017; RIVARA, 1875, p. 40).

Um elo de conexão entre dois mundos: estrutura e conteúdos da *Medicina Oriental*

A versão da *Medicina Oriental* à qual Francisco Luís de Meneses teve acesso em Goa não é a mesma que atualmente está nos Arquivos da Academia das Ciências de Lisboa. Aparentemente esta cópia foi feita para dar sequência ao processo de produção de uma versão impressa. Portanto, é provável que tenha havido pelo menos mais um exemplar da obra, em Goa. Quando da produção do primeiro tomo, o seu autor, Luís Caetano de Meneses, afirmou ter planejado um terceiro livro, o qual aparentemente não finalizou. No entanto, em ambos os tomos que chegaram ao presente existem ao todo 25 referências, inclusive com o número da página, ao terceiro tomo. Isso indica que este foi, pelo menos, iniciado. Quando a cópia a ser enviada a Lisboa foi feita, as pessoas por ela responsáveis provavelmente decidiram que mais valia enviar apenas o que estava completo. Quanto aos objetivos de sua obra, Luís Caetano procurou deixar claro que ela deveria servir para suprir aquilo que considerava ser uma deficiência:

os Professores da Medicina como neste Estado todos estudão pelos Livros impressos na Europa não uzão dos remédios que a natureza tem produzido nestas partes, ou por falta da noticia deles ou por falta do Zelo de a quererem procurar e para acudir a esta grande necessidade dos Enfermos Pobres, tomei o trabalho de ajuntar nestes três tomos a noticia dos remédios compostos, e Simpleces, que a Providencia Divina tem Creado nestas partes para a conservação do individuo sem a dificuldade de dispêndios custosos.²⁰

Durante o período colonial, era comum que houvesse médicos indianos a trabalhar nos hospitais mantidos pela Coroa ou pelas ordens religiosas (BAS-TOS, 2010). Entretanto, para isso, eles periodicamente tinham que demonstrar possuir algum nível de treinamento nos padrões europeus. É provável que, para que os seus conhecimentos fossem validados perante as autoridades coloniais, as composições farmacêuticas que receitavam fossem quase exclusivamente compostas de remédios e fórmulas cuja componente europeia se sobressaísse (BRACHT, 2017, p. 273). Da mesma forma isso deveria ocorrer entre os boticários. Também é perceptível, a partir da análise dos textos médicos/farmacêuticos escritos por membros da Companhia de Jesus, que os jesuítas, apesar de terem incorporado muitos elementos locais na composi-

²⁰ ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 21.

ção de suas receitas, nem sempre se atinham às receitas caracteristicamente locais, remetendo frequentemente à matriz europeia (WALKER, 2016).

Em outro sentido, quando das justificativas que apresentou para ter produzido e tornado pública a sua obra, Luís Caetano afirmou ter incluído, para além dos conteúdos dos livros escritos por eruditos europeus, muitos elementos próprios da cultura médica local, evidenciando o ambiente de disputa estabelecido entre europeus e indianos quanto à prática da medicina. Esse conflito frequentemente revelava-se em relatos escritos, nos quais médicos portugueses teceram críticas contundentes aos médicos locais, a quem os europeus chamavam de *panditos* (BRACHT, 2018). Não deixa de ser interessante notar que são raros os exemplos de médicos locais a deixar transparecer, por escrito e em português, que a medicina e o seu exercício eram parte dos territórios disputados na *fronteira* entre as duas comunidades (PEARSON, 2001). No entanto, esse conflito é evidente no texto de Luís Caetano de Meneses, quando procurou explicar a estrutura organizacional que planejou para a obra:

O motivo de escrever em alguns Capítulos deste primeiro tomo, o que os Autores Europeos descreverão acerca da mesma matéria, he para a prova e confirmação do que tenho escripto, e para tirar o escrúpulo dos que a duvidão.²¹

Entretanto, há de se conservar certa cautela ao se interpretar essas informações. O extrato acima é uma parte da “Notícia a quem ler”, escrita nas páginas iniciais não numeradas do primeiro tomo. Foi claramente dirigida a um público específico, compatriotas do autor, médicos e boticários indianos, bem como aos membros das elites letradas. Àquele tempo, entre eles estava a aumentar a densidade dos sentimentos nativistas, que pautavam reivindicações por maior autonomia nos assuntos eclesiásticos e educacionais. No caso do ensino superior, a instalação, em Goa, de uma faculdade de medicina era um dos pontos de maior tensão (LOPES, 2006).

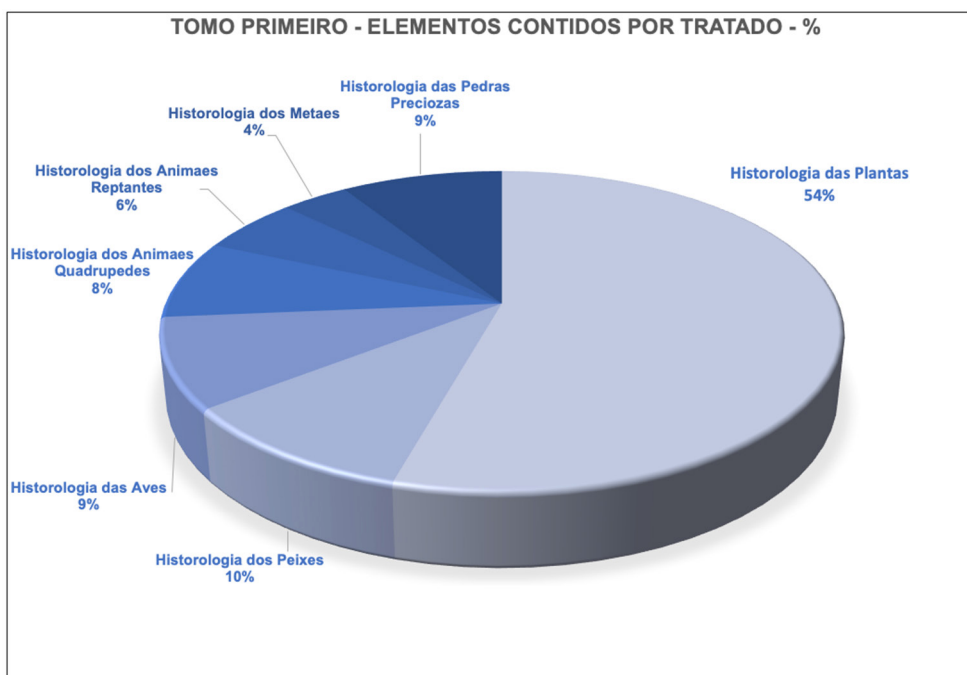
Apesar de o autor ter afirmado que utilizou em apenas “alguns Capítulos deste primeiro tomo” o conhecimento que extraiu de autores europeus, uma análise quantitativa das citações existentes nos dois tomos revela um panorama sensivelmente diverso. Dentre os sete tratados do Tomo I, o primeiro deles, “Da historologia das plantas”, é o mais extenso. Nesse tratado estão descritas e classificadas, já com muitas indicações a respeito de seus

²¹ ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 21.

usos medicinais e algumas receitas, 782 plantas e substâncias de origem vegetal, das quais 294, ou cerca de 37,60%, contêm pelo menos uma referência extraída de um autor europeu. Nos demais seis tratados, que somados são menores do que o primeiro, estão descritos e classificados 146 peixes,²² 131 aves,²³ 114 quadrúpedes, 81 reptantes,²⁴ 54 metais e sais metálicos e 130 pedras preciosas. Os tratados do dois ao sete compreendem um total de 656 elementos descritos, e encontram-se referências europeias para 258 deles, ou cerca de 39,33%. Ao todo, o primeiro tomo contém 1.438 elementos descritos.

A partir do Gráfico 1 pode-se ter uma melhor ideia das proporções dos elementos descritos entre os tratados:

Gráfico 1
Tomo I: elementos contidos por tratado (%)



²² Na verdade, são animais aquáticos, já que estão incluídos alguns anfíbios, moluscos e crustáceos, além de mamíferos como o didongo, peixe-boi, golfinhos e baleias.

²³ Como no caso dos peixes, são descritos os animais voadores, incluindo morcegos e insetos.

²⁴ Incluem-se todos os animais rastejantes, como vermes e alguns insetos não voadores.

Para os 1.438 elementos descritos, mantem-se uma média de 38,39% de referências a autores europeus. No entanto, se analisados separadamente, nos sete tratados revelam-se sensíveis as diferenças em relação a quanto o autor se apoia em autoridades europeias para a sua composição. O tratado que contém o menor número de referências à literatura europeia é o sétimo, “Da historiologia das pedras preciosas”. São ao todo 130 elementos descritos, com 30 (23,08%) remetidos às autoridades europeias para a validação do conteúdo das descrições.

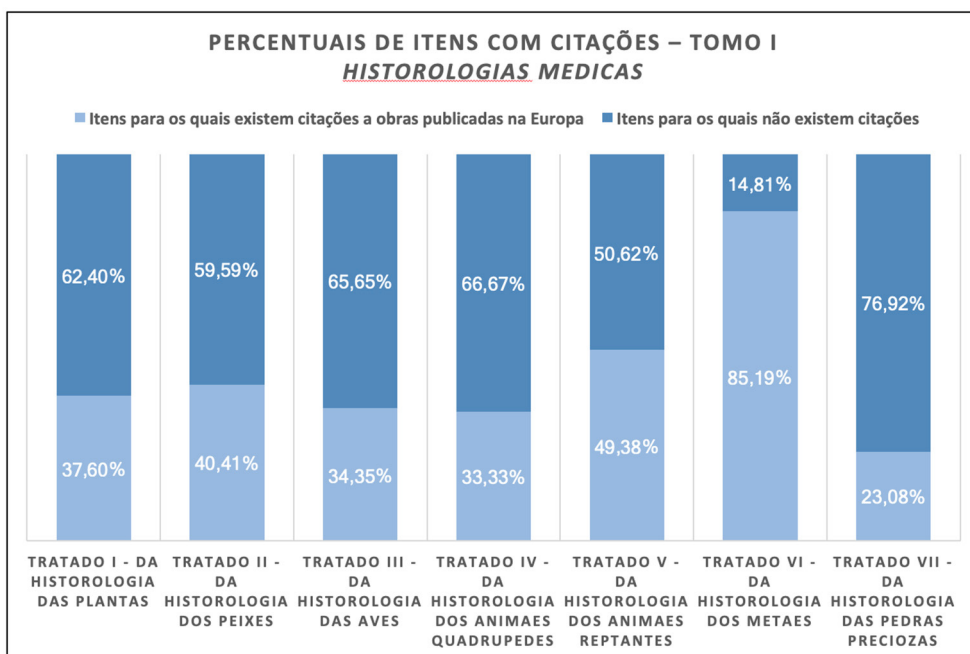
Se o tratado das pedras preciosas foi aquele para o qual Luís Caetano menos se preocupou com o julgamento sobre a procedência das informações que compilou, o oposto deu-se com o “Tratado sexto, da historiologia dos metaes”. O menor dos sete, com 54 elementos descritos, contém referências europeias para 46 deles (85,19%). A maior parte contém mais do que uma citação. Essencialmente *chymico*,²⁵ esse tratado que versa acerca dos metais e sais metálicos em suas aplicações medicinais contém, em termos teóricos, aportes mecanicistas, como os extraídos de Jakob de Castro Sarmiento e sua *Materia medica* (1735), e vitalistas, como os de José Rodrigues de Abreu, autor da *Historiologia medica, fundada, e estabelecida nos princípios de George Ernesto Stahl, famigeradíssimo escritor do presente século, e ajustada ao uso prático deste Paíz* (1733). Também se encontram referenciados os mais importantes autores químicos portugueses, como Manoel Rodrigues Coelho e sua *Pharmacopea tubalense* (1735) e, obviamente, João Curvo Semedo, autor da *Polianteia medicinal* (1697), da *Atalaya da vida, contra as hostilidades da morte* (1720) e outros escritos. A exemplo dos outros tratados, os metais e seus sais ou preparados químicos vêm acompanhados da nomenclatura local, quando existente, uma breve descrição *física e histórica*, e o seu método de preparação.

Os demais tratados seguem a mesma estrutura, embora variem na importância que o autor conferiu à necessidade de referenciar suas afirmações em literatura europeia. Na maior parte dos casos, no entanto, é muito provável que ele tenha feito as citações para todos os elementos sobre os quais as informações estavam disponíveis na bibliografia à qual teve acesso. O

²⁵ Refere-se aos dois grandes universos existentes na farmácia da Era Moderna. A farmácia química e a tradição aristotélico-galênica. A farmácia química era baseada na tríade composta por sal, enxofre e mercúrio, e baseava sua terapêutica na prescrição de remédios compostos à base de sais, minerais e metais processados, muitas vezes por métodos alquímicos. A tradição galênica remonta à Antiguidade Clássica, tendo sido predominante até o início da Era Moderna. Sua terapêutica baseava-se nos quatro elementos ar, terra, fogo e água, e seu receituário continha maioritariamente medicamentos diretamente derivados de partes de plantas e animais.

Gráfico 2 compara o volume de citações existente em cada tratado, em termos percentuais.

Gráfico 2
Percentuais de itens com citações – Tomo I, *Historologias medicas*

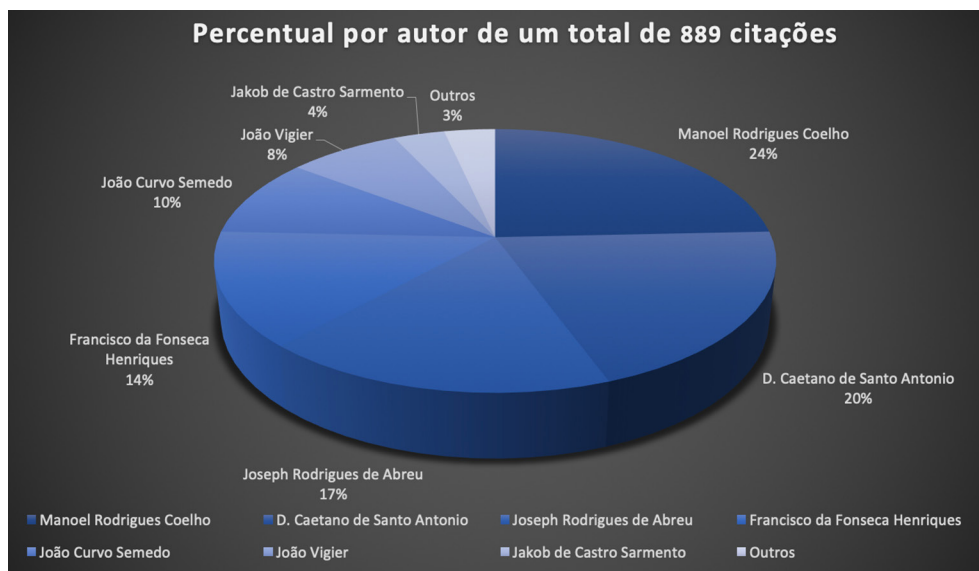


A maior parte das citações foi retirada de obras publicadas entre o final do século XVII e a primeira metade do XVIII. Frequentemente, para cada item referenciado, mais de um autor foi consultado. Por isso, o volume total de citações excede razoavelmente o número de itens para os quais elas existem.

No total, o Tomo I da *Medicina oriental* contém 889 citações e referências; quase todas seguem o mesmo modelo. A obra que mais vezes aparece citada no tomo é a *Pharmacopea tubalense* (1735), de Manoel Rodrigues Coelho, com 216 citações (24,31%). Em seguida, vem a *Pharmacopea luzitana* (1704), de D. Caetano de Santo António, referenciada 179 vezes (20,14%). O vitalista José Rodrigues de Abreu e sua *Historiologia medica* (1733) vêm em terceiro lugar, com 154 citações (17,36%). O quarto autor mais importante é Francisco da Fonseca Henriques. De sua *Âncora medicinal* (1721) foram retiradas 124 citações (13,89%). Os demais autores contribuíram com menos de 10% das referências cada. São eles, João Curvo Semedo, autor da *Polianteia medicinal* (1697) e da

*Atalaya da vida, contra as hostilidades da morte*²⁶ (1720), das quais foram retiradas 86 citações – 70 e 16 respectivamente –, perfazendo 9,72% do total. Das obras de Jean Vigier, *Tesouro apolíneo, galénico, chymico, cirurgico, pharmaceutico* (1714), *Pharmacopea ulyssiponense, galénica e chymica* (1718) e *Historia das plantas da Europa* (1718), vieram 68 referências – respectivamente 35, 10 e 23 –, ou 7,64% do total. Por último, um autor cujas referências estão quase todas concentradas no tratado sexto – “Da historologia dos metaes”, o mais *chymico* dos sete tratados – é o iatromecânico Jakob de Castro Sarmiento. De sua *Materia medica physico-historico-mechanica* (1735) foram retiradas 32 referências (3,60%). Os 3,37% restantes – mais precisamente, 30 citações – apoiam-se em diversos outros autores, entre eles Gabriel Grisley e seus *Desenganos para a medicina, ou botica para todo o pai de famílias* (1656), Frei João Pacheco e seu *Divertimento erudito*, o frade dominicano João dos Santos (1570?-1625?), Avicena, Dioscórides, Galeno e outros que não fui capaz de identificar, como Lopez e Fernandez. O Gráfico 3 tem como propósito melhor elucidar a composição das citações no Tomo I.

Gráfico 3
Percentual por autor, de um total de 889 citações



²⁶ Biblioteca Pública Municipal do Porto – RES–XVII–B–197.

Ou seja, embora tenha afirmado que consultara as autoridades europeias em “apenas alguns assuntos”, essa afirmação, assim posta na introdução do livro, pode ter sido escrita para dissolver previamente qualquer crítica que pudesse vir de seu próprio meio, os leitores indianos.

Enquanto isso, as referências em si serviriam para minimizar as reticências que a obra poderia encontrar quando confrontada com as autoridades ligadas às instituições portuguesas. Trata-se de uma declaração política. Luís Caetano certamente conhecia bem os dois universos com os quais teria que lidar. Nesse ponto, o próprio título da obra é uma deferência a uma autoridade médica europeia. Afinal, *Medicina oriental: socorro índico aos pobres enfermos do Oriente para a total profligação de seus males* é quase um plágio de *Medicina lusitana: socorro delphico aos clamores da natureza humana para total profligação de seus males*. *Medicina lusitana*, de Francisco da Fonseca Henriques, publicado em Amsterdam no ano de 1710, foi uma das mais influentes obras médicas de seu tempo. Fonseca Henriques foi citado 124 vezes ao longo do Tomo I de *Medicina oriental*, mas não há nenhuma referência a *Medicina lusitana*. No entanto, com exceção do título, ambas as obras em quase nada se assemelham, nem mesmo em termos estruturais. *Medicina lusitana* é um único livro dividido em três partes, sendo a primeira a respeito da “Vida do homem antes de nâcer”, a segunda sobre a “Arte de criar, e curar meninos”, e a terceira um “Tratado de febres”. *Medicina oriental* é muito diversa da sua quase homônima lusitana. Talvez Luís Caetano de Meneses tenha considerado apenas reverenciar o autor de *Medicina lusitana*, embora essa obra não tenha sido especialmente importante para a composição da versão oriental.

Embora não seja possível a verificação do terceiro livro, pode-se, por indução, especular que a estrutura básica permaneceria a mesma. Se o primeiro é uma *historiologia médica*, ou seja, um guia para que fossem conhecidas as substâncias em todas as dimensões pertinentes a seu uso medicinal, no segundo se encontrariam as fórmulas farmacêuticas, galênicas e químicas que poderiam ser preparadas com as substâncias descritas no primeiro. No terceiro, pelo que se pode depreender, estariam descritas as enfermidades propriamente ditas, suas formas de diagnóstico e tratamento, para que fossem utilizadas as substâncias e fórmulas contidas nos dois primeiros livros. Dessa forma, os três volumes poderiam ser consultados de forma independente, mas também integrados em um conjunto coerente. Na prática diária da assistência aos doentes, se poderia buscar apoio para o diagnóstico correto no terceiro livro, verificar as fórmulas de medicamentos existentes no segundo e saber de forma mais precisa a respeito dos componentes das fórmulas no primeiro. O caminho oposto também seria possível. Um indivíduo

estudaria sobre plantas, animais e minerais no primeiro livro, conhecendo então suas virtudes e aplicabilidades, para saber como aplicá-los às fórmulas do segundo, para tratar das doenças a partir do terceiro. Ou seja, *Medicina Oriental* foi concebida para ser um manual de campo.

A Pharmacia indiana e sua estrutura

Não foi apenas para a escrita do Tomo I que Luís Caetano se apoiou em autores europeus. O Tomo II, *Pharmacia indiana*, também está repleto de referências às obras de diversos autores. O livro foi estruturado como um curso de farmácia. Nas primeiras 45 páginas encontram-se as “Explicações para os boticarios”, na forma de perguntas e respostas, que explicam o que é a farmácia, quais são suas operações e o que são as diversas categorias de medicamentos:

P. Que he a Pharmacia?

R. He huã Arte, que ensina, e das regras para eleger, preparar, e compor os medicamentos.

P. Quantos géneros há de Pharmacia?

R. Dous, Pharmacia Galenica, e Chymica.²⁷

A passagem que acabei de apresentar é o primeiro parágrafo das “Explicações para os boticarios” e é, na verdade, uma cópia. Esse mesmo extrato pode ser encontrado na *Pharmacopea ulyssiponense* de Jean Vigier, publicada em 1718.

Luís Caetano inspirou-se na obra de Vigier como modelo organizacional para sua introdução à *pharmacia*. Ele próprio, na “Notícia a quem ler” do segundo livro, ao mesmo tempo que procurou proteger-se da fogueira das vaidades de um eventual julgamento por parte das autoridades intelectuais, fez menção à falta que faziam, em Goa, as instituições de ensino:

Parecerá temeridade aos doutos compôr em matéria da Pharmacia neste Oriente, onde a chymica utilíssima aos compostos Pharmaceuticos, ea Botanica tão necessaria ao Conhecimento exacto da diversidade dos Simples quazi se ignorão pela carencia de Cadeiras, que nolas ensinem: mas essa mesma falta faz esta Pharmacopea mais digna de desculpa que de censura.²⁸

Para suprir tal necessidade, apoiou-se então em outra obra, amplamente reconhecida, que era também um curso completo de farmácia. No entanto, o

²⁷ ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 22, p. 1.

²⁸ ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 22.

que se segue às primeiras linhas copiadas da *Pharmacopea ulyssiponense* é um texto quase original, contendo desde a teoria a respeito das diferenças entre *alimentos* e *medicamentos* até a história da medicina e da farmácia na Índia. Em termos estruturais, o texto foi claramente inspirado na *Pharmacopea tubalense*, de Manoel Rodrigues Coelho. Há também um capítulo dedicado aos “Pesos e medidas”, cujas informações foram extraídas do *Cours de chymie* de Nicolas Lémery. Cada capítulo – são ao todo 79 –, dedicado a uma ou mais classes de medicamentos e operações farmacêuticas, contém no início breves considerações teóricas. Nelas estão dispostos lado a lado elementos das correntes de pensamento que também coexistiam na Europa. Nas “Explicaçoens para os boticarios”, mescladas com passagens extraídas das obras de Vigier, Curvo Semedo, Fonseca Henriques e Felix Palácios, encontram-se também referências ao próprio Galeno, Avicena e Mesué. Ainda nas 45 páginas iniciais, estão descritas operações químicas ao lado de princípios galênicos, ideias vitalistas e explicações mecanicistas. Em nenhum momento há qualquer questionamento ou indicação de que o autor as percebia como conflituosas. Nesse sentido, *Medicina oriental* assemelha-se muito às farmacopeias dos autores portugueses publicadas desde o final do século XVII (DIAS, 2005). Ao mesmo tempo em que se baseou nos preceitos da teoria humoral e diversas ideias vitalistas, Luís Caetano de Meneses incorporou ideias iatromecânicas referentes ao que, no século XVIII, era entendido como *atomismo*. Por exemplo, a respeito dos pós, Luís Caetano escreveu:

Da se o nome de pó a todos os corpos seccos reduzidos em atamos, e partículas huas mayores do que outras segundo a qualidade do medicamento, que se tritura...²⁹

No entanto, se no primeiro livro Luís Caetano se apoiou em um número relativamente limitado de autores, na maior parte portugueses, no segundo as referências são consideravelmente mais variadas. Ao todo, cinquenta autores diferentes foram chamados a contribuir com a *Pharmacia indiana*, não sendo possível contabilizar com precisão o número de obras, por não estarem todas discriminadas. Na maior parte dos casos, as citações referem-se às fórmulas que foram copiadas desses autores, sendo estas 144, ou seja, 47% de um total de 306.

Desta forma, a *Pharmacia indiana* apresenta características condizentes com as obras da sua época, ou seja, a aceitação generalizada da farmácia

²⁹ ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 22, p. 132.

química sem, no entanto, abandonar os preceitos do galenismo, a conservação da autoridade dos Antigos, de alguns médicos escolásticos e o grande recurso às obras escritas a partir da segunda metade do século XVII. Portanto, através dessa análise, pode-se saber, em termos comparativos, qual o grau de relação entre a *Medicina Oriental* e os desenvolvimentos do saber médico e farmacêutico na Europa durante o mesmo período. Restam agora as análises quanto à importância dos componentes e saberes locais na sua construção.

Aos enfermos do Oriente as curas indianas: os componentes locais na construção da *Medicina Oriental*

Medicina oriental é, portanto, no que se refere à sua organização, escolha das temáticas tratadas e referenciais teóricos, uma obra de matriz europeia. No entanto, se em termos de referências à literatura médica e farmacêutica a obra não difere muito de grande parte dos livros de medicina e farmácia publicados na Europa por volta de meados do século XVIII, o mesmo não se pode dizer sobre os seus conteúdos. A partir das informações fornecidas por Luís Caetano de Meneses, sabe-se que ele consultou médicos, boticários e herbolários indianos para poder escrever a respeito dos componentes locais descritos no Tomo I, e que recolheu fórmulas com diversos boticários indianos para o Tomo II. Isso, por si só, revela que a *Medicina Oriental* pode ser situada como um híbrido, envolvido nos processos de sincretização, cujos principais componentes eram asiáticos e europeus e se desenvolviam na Índia Portuguesa desde meados do século XVI. No entanto, pautar-se apenas por esse tipo de informação é arriscado, dado o grau de imprecisão e generalidade dos dados a respeito de quem, e para quê, foram os indianos consultados. Sobre os autores europeus, é claro, as informações são razoavelmente assertivas. Em busca de validação para o conhecimento produzido, Luís Caetano apoiou-se na literatura que tinha disponível, fazendo referências quase sempre muito precisas sobre tudo em que se apoiou. Infelizmente, o mesmo não pode ser verificado em relação às suas fontes locais. Aqui, nem um único nome foi mencionado. Portanto, para se saber com mais precisão como posicionar ambos, obra e autor, em relação aos conhecimentos locais, é necessária uma análise quanto ao que é realmente indiano em termos de conteúdo, e também saber como isso foi incorporado e transformado a partir do contato com a matriz europeia. Para isso, é necessário o estabelecimento de um critério classificatório, sólido o suficiente para que possa servir de parâmetro para uma definição segura quanto à profundidade da inserção da obra nos saberes locais. Nesse ponto, o autor forneceu outra preciosa ajuda. Na intro-

dução que fez a cada tomo, em duas passagens quase iguais, encontram-se os elementos necessários. No Tomo I, escreveu que “Como para mais fácil percepção dos Leytores Indianos escrevo muitos nomes em lingoa do Paiz ...”⁵⁰.

Portanto, da inserção da língua concani, ou ainda, dos vocábulos nessa língua, podem vir dados confiáveis a respeito do nível da inserção da *Medicina Oriental* no universo dos conhecimentos locais. O concani, ou ainda *canarim*, como era chamado pelos portugueses até meados do século XVIII, é uma língua indo-ariana, atualmente falada em Goa e partes da costa do Malabar. Originalmente, no entanto, antes da chegada dos portugueses, os seus falantes estavam quase exclusivamente restritos à região que circunda Goa, limitada a leste pelas montanhas dos Gates (MANOHARARÃYA, 2000). Embora as autoridades portuguesas tenham destruído, ainda no século XVI, muitos dos textos antigos que encontraram em Goa, sabe-se que as primeiras expressões escritas do concani são anteriores ao ano 1000 e utilizavam-se de derivações do alfabeto *brahmi*, uma antiga forma de escrita existente na porção norte do subcontinente indiano. A partir desse período, no entanto, assim como o *hindi*, *marathi* e diversas outras línguas da mesma família indo-ariana, o concani passou aos poucos a ser escrito com o alfabeto *devanagari* que, pelo menos parcialmente, originou-se do *brahmi* e de um de seus derivados, o *gupta*. Apesar da perseguição inicial, aos poucos as autoridades portuguesas passaram a ter certa tolerância para/com o concani (MANOHARARÃYA, 2000). Principalmente a partir dos esforços dos missionários jesuítas, a partir do início do século XVII, surgiram as primeiras adaptações da língua ao alfabeto latino. Em 1626, o jesuíta Diogo Ribeiro (1560–1633) publicou o *Vocabulario da lingoa canary vertido para o português*, com 14 mil verbetes principais. A primeira gramática concani⁵¹ aos moldes europeus surgiu em 1640, escrita pelo jesuíta Thomas Stephens⁵² (1549–1619), que também foi autor do primeiro livro impresso em concani, *Doctrina Cristi*, em 1651 (MANOHARARÃYA, 2000). Esses foram apenas os primeiros dentre muitos jesuítas, e mais tarde oratorianos, que se dedicaram ao estudo e adequação da língua concani ao alfabeto latino. As poucas advertências feitas por Luís

⁵⁰ ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 21.

⁵¹ A gramática se intitulava *Arte da lingoa canarim composta pelo Padre Thomaz Estevão da Companhia de IESUS & acrescentada pello Padre Diogo Ribeiro da mesma cõpanhia e nouemente reuista & emendada por outros quatro padres da mesma companhia*.

⁵² Thomas Stephens foi, ao longo de toda a história da Companhia de Jesús na Índia, o único missionário inglês a trabalhar na Índia portuguesa. Em português era sempre referido como Thomaz Estevão (MANOHARARÃYA, 2000, p. 43).

Caetano de Meneses quanto à pronúncia em concani dos nomes contidos em sua obra não foram, portanto, especialmente desenvolvidas por ele, tampouco para *Medicina oriental*. O mesmo se aplica à grafia das muitas palavras locais que ambos os livros contêm. Sobre grafia e pronúncia, Luís Caetano escreveu, ainda em referência às duas advertências da passagem anterior:

que se profira a letra “a” escripta com a figura seguinte “a” com o som declinante para a letra “o” vg. Nestas palavras “Carângi” “Carândi” e sendo a dita letra “a” escripta na forma seguinte “a” se profira com o som verdadeiro della como observão os latinos na pronunciação das suas palavras, vg. “Carati” “Lacreyâm”. A segunda advertencia he que todas as vezes que nas palavras escriptas em idioma natural dos filhos de Goa dous “dd” ou dous “ll”, ou dous “nn” ou dous “tt” escriptos juntos em huã silaba, se devem proferir com o som mais carregado, tocando a ponta da lingoa ao meyo do ceo da boca, e descarregando ligeiramente ao seo centro, como vg. Nas palavras seguintes “Benddi”, “Agaddô”, “Cansallûm”, “Pimpli”, “Carennôm”, “Dinnim”, “Porpottô”, “Vagantti”. Advirto mais que se algum ignorar os vocabulos em Portugues de Plantas, ou de Animaes, que escrevo nesta obra em lingoa do Paiz, se podem ver nos indices, que ficão no fim deste segundo tomo da Medicina Oriental.³³

A partir dessas regras simples, Luís Caetano esperava que seus leitores pudessem perceber diferenças fonéticas sutis, porém fundamentais, principalmente para a identificação de algumas das plantas que descreveu no Tomo I. A precisão nesse caso era fundamental, pois uma vez corretamente identificadas, as plantas poderiam ser utilizadas nas muitas combinações possíveis a partir do Tomo II, a *Pharmacia indiana*.

No Tomo I, das *Historologias medicas*, todos os sete tratados contêm nomes em concani. Sempre que lhe foi possível, Luís Caetano procurou identificar os elementos que descrevia utilizando todos os nomes relacionados àquele item. A título de exemplo, pode-se utilizar a descrição do estanho:

Calây, ou Taõvarêm: em Portuguez Estanho: em Latim, Syannum, ou Plumbum Album: em Castelhana, Estano: em Francez, Estain: em Italiano, Stagno: em Alemão Kinr, Polon [polonês] Czyna: Ungar [Húngaro]: Eres, em Inglez: Pewterotine.
O Estanho, ou Stanum seu Jupiter, ou Jovir, he um brando metal.³⁴

A mesma estratégia repete-se para outros itens. Pouco se sabe quanto à utilidade, para os leitores goeses, de se fornecer a nomenclatura em idiomas

³³ ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 22.

³⁴ ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 21, p. 1172-1174.

como alemão, inglês, húngaro e polonês, nem sempre de forma correta. No entanto, suponho que tenha sido útil ao autor, que assim pôde demonstrar aos seus pares, ou talvez aos críticos que mencionou na introdução à obra, que era também um homem erudito. De todo o modo, a conexão entre o nome concani *Calây*, e as designações em português e latim, essas sim eram de grande utilidade. Com o nome goês podia-se ir ao mercado, comprar a matéria-prima de forma correta. Com as designações em português e latim, ia-se à *Pharmacopea luzitana*, ou à *Tubalense*, ou ainda a qualquer outra, investigar as suas propriedades.

Além dos nomes utilizados em Goa, em muitas oportunidades Luís Caetano também forneceu as nomenclaturas em outros locais, tanto de Goa como de Salcete, Bardez ou Balgate, diferenças dialetais, ou as palavras pelas quais as coisas que descrevia eram conhecidas em outras partes da Índia, por exemplo, na região de Bombaim, à qual ele chamou quase sempre de Norte – por exemplo, o “Cancannaghar: no Norte Tacannaghar: em Latim Borax, em Portuguez Tincal, Cola D’ouro, Borax”⁵⁵. Em todo o Tomo I, também podem ser encontrados nomes de outras partes da Ásia, África e do Brasil. A origem geográfica dos nomes sempre foi identificada. Nem sempre, no entanto, se pode ter certeza de que as associações feitas por Luís Caetano são mesmo corretas. No caso das plantas, por exemplo: na Índia, muitas ervas medicinais e outras plantas europeias eram cultivadas pelos portugueses, nos conventos ou fora deles, desde o século XVI. O mesmo se deu com algumas plantas vindas do Brasil (FERRÃO, 1993). Para elas, naturalmente foram criados nomes em concani. Alguns desses nomes simplesmente eram uma composição, com um prefixo a indicar que aquilo era *coisa dos portugueses*, como a planta chamada em português de *esponjeira* e em latim *acacia*, associada às palavras em concani *Babûllu*, *Canttes surânguî*, e *Purtugalî surânguî*⁵⁶:

Purtugalî surânguî he huã arvore de mediana grandeza, e ainda ramoza descompsta pouvada de sues troncos, e espaços da uns espinhos como alfinetes de dous em dous.⁵⁷ Embora a descrição mais adiante sugira que a *Purtugalî surânguî* fosse um tipo de acácia, não há nenhuma evidência que torne possível sua associação à esponjeira, conhecida dos portugueses e mencionada a partir da citação ao *Divertimento erudito*, de Fr. João Pacheco. O gênero botânico *Acacia* compreende 163 espécies, 52 americanas nativas, 83 africanas, 32 asiáticas e 9 australianas (THIELE et al., 2011). A maior parte das espécies

⁵⁵ ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 21, p. 1174.

⁵⁶ ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 21, p. 459.

⁵⁷ ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 21, p. 459–460.

tem espinhos, flores amarelas e raízes odoríferas. Por serem leguminosas, da família *Fabacea*, todas produzem vagens. As acácias eram conhecidas por suas propriedades medicinais na Europa, América, África e Ásia desde tempos imemoriais (AUSTIN, 2004, p. 58-59). Embora seja provável que pertençam ao mesmo gênero, é pouco plausível que a esponjeira dos portugueses e a *Purtugalî surângui*, ou ainda *Babûllu* ou *Canttes surângui*, sejam a mesma espécie. É possível que tenha sido uma espécie de acácia introduzida na Índia pelos portugueses, embora sobre isso apenas seja possível especular, mas mesmo assim, nada garante que seja a mesma árvore descrita pelo Fr. João Pacheco. A partir disso, desvenda-se a metodologia classificatória pela qual Luís Caetano aproximou, ou ainda, simpatizou (FOUCAULT, 2014) diversas espécies de plantas e animais. Por esse método, ao comparar as próprias descrições com as que encontrou nos livros europeus, quando as semelhanças permitiam, considerava-as iguais, atribuindo-lhes então as mesmas propriedades medicinais.

Em outros casos o que se percebe é que alguns dos itens descritos não puderam ser encontrados na literatura europeia, provavelmente por serem exclusivamente indianos, mas ainda assim possuíam também um nome em português. Essa nomenclatura foi produzida na própria *zona de contato*, ou seja, na Índia. São muitos os casos, como, por exemplo, o *poddollî*, chamado em português de *patoleira*,³⁸ e muitos outros similares. A relação dos nomes com a natureza do conhecimento sobre as coisas é bastante complexa, por isso, precisa ser organizada em conjuntos. Os nomes estão conectados às coisas de duas formas. Primeiro, carregam consigo os significados culturais, de natureza sócio-histórica, construídos ao longo dos séculos, com suas cargas ancestrais, uma conexão dos homens à terra e ao mundo que os circunda. Depois, há as relações simbólicas de força e dominância implícitas nos nomes. São eles, nesse sentido, conferidores de poder. Em ambos os casos, nomear significa definir pertença, ou então apropriar-se da coisa, chamando-a de sua. Em certo sentido, apropriar-se dos nomes pertencentes às elites dominantes é, um pouco, dominar também (FOUCAULT, 2014). Em um livro médico, os nomes poderiam significar chaves para o acesso aos conhecimentos detidos por um ou outro grupo. Também por isso, por exemplo, os jesuítas aprendiam idiomas. Por isso os nomes são a ferramenta ideal para compreensão dos processos de hibridização cultural em andamento.

A partir dos dados extraídos do Tomo I, *Historologias medicas*, pode-se separar os itens em quatro conjuntos (A, B, C, D) quanto aos idiomas relativos à sua nomenclatura. O primeiro conjunto (A) é o dos itens que foram no-

³⁸ ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 21, p. 449.

meados apenas a partir de seus nomes indianos. Esse primeiro grupo inclui os elementos que possuem nomes goeses, do norte da Índia, e também os que possuem, ao mesmo tempo, nomes indianos e em português, sem, no entanto, estarem nomeados em outras línguas ocidentais. Essas combinações indicam, primeiro, que Luís Caetano não encontrou, na literatura europeia que tinha disponível, nada similar para fazer comparações. De fato, em todo o livro não existe nenhum elemento pertencente a esse primeiro conjunto que tenha sido referenciado a partir de alguma autoridade europeia. Segundo, que o conhecimento contido nas descrições e análises desses elementos foi, muito possivelmente, extraído quase exclusivamente de fontes locais, médicos, boticários, herbolários, mercadores, curandeiros de aldeia e outros agentes. Esse conjunto contém os subconjuntos dos elementos nomeados apenas em concani de Goa, os que têm nomes em concani, dialetos de Salcete e Balgate e nas línguas de outros lugares da Índia. A esses soma-se um nome em português. No caso dos elementos desse último subconjunto (concani/português), por possuírem apenas nomes indianos e portugueses, podem ser também chamados de elementos indo-portugueses.

O segundo conjunto (B) é o dos elementos que foram nomeados a partir de suas designações indianas, mas também em português e latim. Esses itens encontram-se em sua totalidade referenciados a partir dos livros citados por Luís Caetano. Muitos dos elementos contidos nesse conjunto seguem o mesmo modelo da árvore esponjeira, ou *Purtugalî surângui*, que apresentei anteriormente. Ou seja, são elementos aproximados, simpatizados, que raras vezes correspondem exatamente à mesma realidade concreta, embora muitas vezes tenham chegado razoavelmente perto.

O terceiro conjunto (C) é formado pelos elementos que possuem apenas um nome em português, como a *raiz de lopez pinheiro*, *pao de quiriato*, além dos onze nomes de plantas americanas, como o *cajá*, *caju*, *amendoim*, *mandioca* e *ipecacuanha*, que considereí portugueses para simplificar a análise. Na média, em todo o Tomo I, cerca de 10% dos nomes pertencem a esse conjunto, e apenas um terço deles não contém referências que os aproximem a algum elemento descrito nos livros europeus.

O quarto conjunto (D) é o dos elementos que foram descritos apenas a partir de seus nomes nas línguas ocidentais, incluindo-se o latim. São, na maior parte, itens que não existiam na Índia ou que eram trazidos de fora. Também fazem parte do grupo em que todos possuem referências. Esse conjunto contém dois subconjuntos, o dos itens que possuem nomes em pelo menos uma língua ocidental, combinado à nomenclatura latina, e dos itens que foram nomeados apenas em latim.

A mediana das proporções, extraída dos sete tratados que compõem o Tomo I da *Medicina Oriental*, revela que 56,63% dos elementos descritos e analisados no livro pertencem ao conjunto (A), ou seja, foram identificados apenas a partir de seus nomes indianos, dos quais os nomes em concani constituem ampla maioria. Em segundo lugar estão os nomes pertencentes ao conjunto (B), reunindo 29,20% dos elementos; o conjunto (C) contém 10,11%, e o (D) 4,06%. Esses números, quando comparados à média geral de elementos para os quais não há citações a autores europeus (43,33%), confirmam a hipótese de os nomes em concani estarem relacionados quase exclusivamente ao conhecimento para o qual a base de apoio foi integralmente local. A maior parte desse conhecimento refere-se ao “Tratado primeiro, da historologia das plantas” que, sozinho, corresponde a 54% de todo o conteúdo das mais de 1.300 páginas do Tomo I, *Historologias medicas*. Também é o tratado das plantas, ao lado do tratado dos metais (o menor dos sete), o mais importante para a construção do Tomo II, *Pharmacia indiana*. Uma análise mais pormenorizada de sua composição será de grande utilidade para a compreensão das dimensões das nomenclaturas.

O tratado das plantas contém, descritos e analisados, 782 elementos. Alguns poucos, 46 ao todo (5,88%), não são propriamente plantas, mas produtos de origem vegetal, resinas, fibras, gomas e pós. Outros, um volume maior em relação aos primeiros – 115 ao todo (14,71%) –, são apenas partes de plantas, raízes, flores, frutos, vagens, sementes e folhas. A maior parte desses elementos contém em suas descrições expressões como: “esse trazem ca de Senna”,³⁹ “esse trazem ca do Norte”,⁴⁰ “esse trazem ca de Balgate”,⁴¹ “vem das terras dos Caffres de Africa”, “trazem ca da China”, “esse nos chega da Europa”, e muitos outros lugares. Sempre que possível, Luís Caetano procurou indicar de forma precisa as regiões de origem dos elementos que descreveu. Os outros 621 (79,41%) itens descritos são plantas. Grande parte está acompanhada de detalhadas descrições quanto às flores, coloração, formato, local onde podia ser encontrada e melhor época para a colheita. Isso sugere que seriam plantas às quais seus leitores poderiam ter acesso, encontradas em estados que variavam do totalmente domesticado, em hortas e jardins, ao

³⁹ Rio de Senna, Moçambique.

⁴⁰ Refere-se à região de Baçaim, antiga Província do Norte portuguesa.

⁴¹ São as terras altas das montanhas do Gates, fronteira dos territórios controlados pela autoridade portuguesa e o planalto do Decão. Muito provavelmente, a maior parte dos itens assim identificados vieram de algum ponto além da fronteira.

totalmente silvestre, nos charcos e bosques, ou ainda a crescer em frestas de ruínas de edifícios abandonados e beirais dos telhados. Luís Caetano buscou o máximo de precisão nas descrições, para que servissem como um manual de reconhecimento e colheita. Um exemplo típico é o do *Honomagûdd*:

Honomagûdd he huã planta, que nasce nos lugares húmidos, no principio de Inverno e dura quazi todo o anno; tem de altura hum couvado, e a sua haste da grossura do dedo mínimo, produz muitos ramos vestidos de folhas compridas, da largura de dous, ou três dedos transversaes, não muito agudas na ponta, compostas de muitos nervos, que se descobrem melhor no avesso; da em Novembro as suas flores amarellas, e representam huns botoens de cor aurea, dentro dos quaes nascem huas sementes muito meudas, do cheiro hum pouco fortum, e do gosto, que quima a Lingoa, como a Pimenta Longa. He o Honomagûdd quente, e húmido.

A raiz de Honomagûdd moída, e tirado o çumo com a lavadura de arros pacheri, e coado se da a beber a quantidade de huã oitava aos meninos, que tiverem fito, que em língua de Goa se chama Gonxê (que he huã enfermidade de tosse, e encegimento, ou inchaso da barriga, e supressão, ou falta de operação excrementícia) com a qual mezinha fará a camara, lançará fora o flato, e se curará do dito fito ou Gonxê, e da tosse.

O dito çumo dado aos homens em mayor quantidade conforme a sua idade, e forças, serve para curar as tosses, e fleumas, e he peitoral.

As flores, e frutas de Honomagûdd mascadas, ou mastigadas fortificação bem os dentes.⁴²

Além de um manual para sua identificação e colheita, a planta para a qual não há um nome em português também se encontra classificada segundo o sistema galênico, como *quente* e *húmida*. Ao mesmo tempo, recomenda-se a sua utilização em uma terapêutica com a lavagem do arroz, chamada *Kanjii*, típica da medicina tradicional indiana. As enfermidades a cujo combate o *Honomagûdd* está associado são identificadas em ambos os sistemas, em concani ao *Gonxê*, e em português os desequilíbrios da fleuma. Esse mesmo modelo repete-se à exaustão por toda a obra, mas principalmente no tratado das plantas.

Do total de 782 elementos contidos no tratado das plantas, 462 (58,84%) pertencem ao conjunto (A). Ainda dentro do conjunto (A), 338 elementos (43,22% do total) foram identificados apenas a partir de seus nomes indianos. Desses, 245 nomes (31,33% do total) são referentes às designações utilizadas apenas em Goa, e 93 (11,89% do total) combinam diferentes versões dos nomes em concani, oriundos da própria ilha de Goa, mas também de Sal-

⁴² ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 21, p. 327-328.

cete, Bardez e Balgate, e em outras línguas, como os nomes do Norte. Há ainda o subconjunto dos nomes indo-portugueses. São palavras que foram igualmente incorporadas, por falantes de ambas as línguas, aos cotidianos das populações de Goa. Esse subconjunto contém 124 nomes, ou 15,86% do total. Todos esses nomes eram do domínio dos conhecimentos locais. Muitos desses elementos eram africanos, principalmente vindos de Moçambique, e devido à ancestralidade das conexões entre a costa oriental da África e a Índia, os nomes originais haviam sido perdidos ou reconfigurados. As plantas às quais estão relacionados faziam parte do arsenal de remédios de diversas categorias de agentes, das parteiras aos curandeiros de aldeia, passando por herboristas, que as vendiam nos mercados, e pelos boticários da Congregação do Oratório e dos hospitais de Goa, até os *panditos* letrados ao serviço da elite colonial. Foi provavelmente desses grupos que Luís Caetano de Meneses extraiu o conhecimento que organizou, analisou e classificou. Esse conhecimento não foi referenciado, pois para ele não havia, nos livros europeus, autoridades que o pudessem validar.

Ao conjunto (B), que é o que contém as plantas que foram nomeadas em concani, português e latim, pertencem 204 elementos (26%). Esse é o conjunto das plantas aproximadas, simpatizadas. Embora muitas possam mesmo se referir à mesma planta, como a “Lossûnna: em latim *Allium Sativum*: em português Alho”⁴⁵, outras tantas são apenas aproximações para as quais o autor encontrou validação e confirmação das virtudes medicinais nos livros dos autores europeus.

O conjunto (C), cujas plantas têm apenas nomes em português, é misto, de plantas exóginas à Índia a plantas indianas, cujos nomes em concani foram perdidos. Nesse conjunto estão também as onze plantas brasileiras. O conjunto contém 82 plantas, 10,43% do total. É um conjunto também parcialmente indo-português. Para cerca de dois terços de seu conteúdo, o autor encontrou alguma referência na literatura europeia que tinha disponível, embora, como no caso das plantas do conjunto (B), isso não signifique que as descrições aproximadas por Luís Caetano estivessem a se referir à mesma realidade concreta.

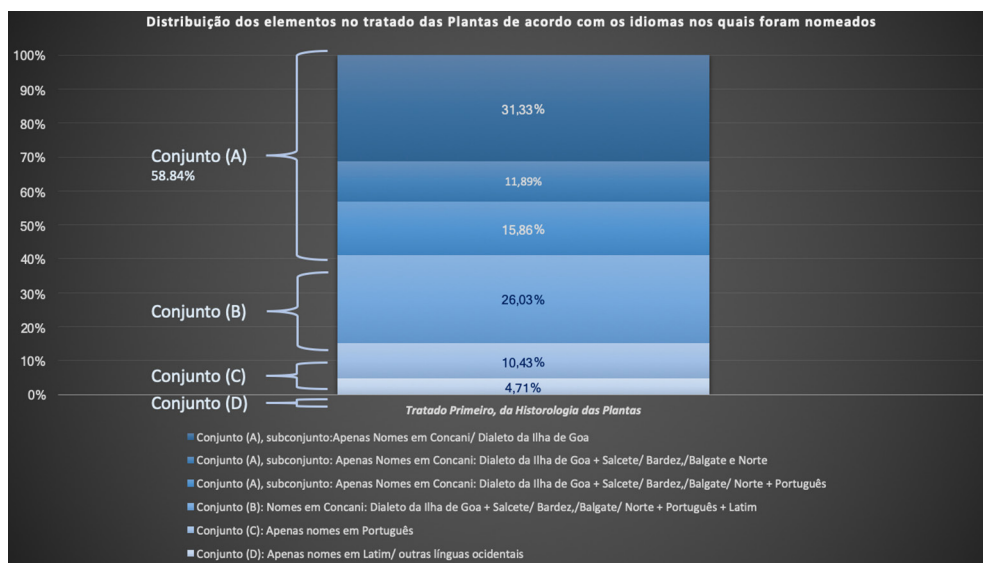
Por fim, tomemos o conjunto (D), das plantas e derivados totalmente exóticos, identificadas apenas a partir de seus nomes ocidentais, principalmente em latim. O conhecimento sobre eles foi quase exclusivamente reti-

⁴⁵ ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 21, p. 335.

rado dos livros. O acesso à maior parte era feito, principalmente, a partir de mercadores e boticários que os traziam da Europa. É o menor grupo, com 38 elementos, apenas 4,71% do total.

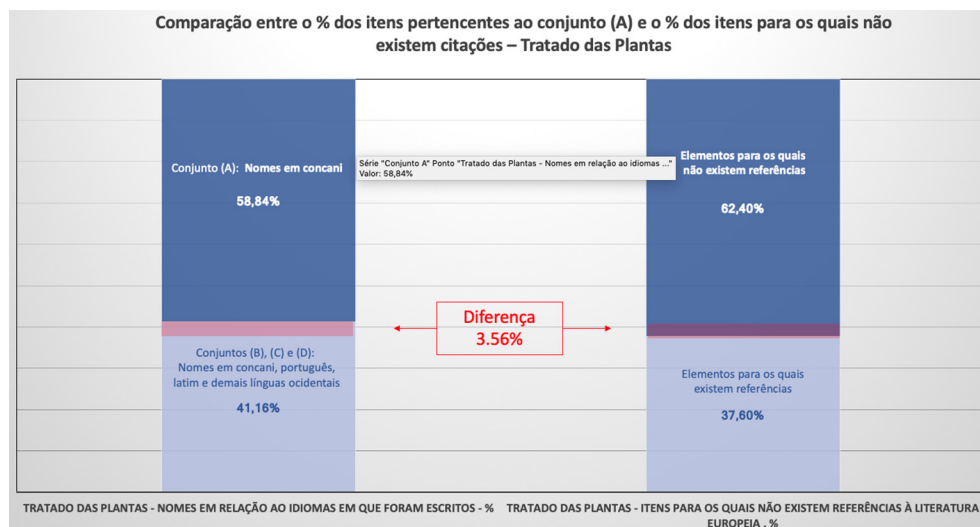
Dessa forma, a composição do “Tratado primeiro, da historologia das plantas” pode ser descrita como se vê no Gráfico 4.

Gráfico 4
Distribuição dos elementos no tratado das Plantas
de acordo com os idiomas nos quais foram nomeados



Pode-se chegar a algumas conclusões esclarecedoras, se comparados esses dados com aqueles relativos aos percentuais de citações à literatura europeia existentes no tratado das plantas (Gráfico 5).

Gráfico 5
Comparação entre a porcentagem dos itens pertencentes ao conjunto (A) e o % dos itens para os quais não existem citações – Tratado das Plantas (A)



e dos itens para os quais não existem citações – Tratado das plantas

A partir dessa comparação, percebe-se que o percentual das plantas pertencentes ao conjunto (A), o conjunto dos nomes em concani, é apenas ligeiramente menor do que o valor relativo às plantas para as quais não há citações às autoridades europeias. A pequena diferença existente, 3,56%, corresponde quase ao 1/3 das plantas pertencentes ao conjunto (C), isto é, aquelas que possuem somente o nome português, mas que também não estão acompanhadas de uma referência à literatura. Sobre o total, das 782 plantas do tratado, essas são 3,14%. Os restantes elementos não citados distribuem-se equitativamente pelos outros 0,86%.

Levando-se em conta que essa análise é confirmada pelo fato de nenhuma planta do conjunto (A) ter qualquer citação junto à sua descrição e análise, isso apenas confirma que o conhecimento cuja apropriação foi feita a partir da língua concani é o mesmo para o qual o autor não encontrou, ou não quis encontrar, nenhuma referência europeia. Ou seja, é um conhecimento cujos méritos não foram compartilhados, pertencendo apenas aos indivíduos educados e bilíngues, em concani e português. Sob esse ponto de vista, não é de se admirar que o padre Caetano Vitorino de Faria tenha pedido para que a *Medicina Oriental* fosse enviada a Lisboa, para que fosse um

elemento a reforçar seus planos políticos, a mostrar as grandes realizações goesas no campo da produção de conhecimento. Também não causa espanto o fato de Francisco Luís de Meneses, o militar com lampejos de naturalista, ter confessado que teve muitas dificuldades em aceder à obra. Os padres da Congregação do Oratório provavelmente a guardavam cuidadosamente.

Os componentes locais analisados no Tomo I foram amplamente utilizados na composição da *Pharmacia indiana*. Para muitas das 306 fórmulas de medicamentos presentes no Tomo II, Meneses apresentou diversas possibilidades de variações, nas quais os ingredientes principais poderiam ser trocados por outros, que tivessem as mesmas propriedades curativas. Desta forma, ele listou nada menos do que 1.621 dessas *fórmulas derivadas*, das quais 1.208 (84%) utilizam componentes com a nomenclatura concani, que por sua vez se referem a um conhecimento cujo domínio era quase exclusivo dos detentores do saber local. Assim, a *Pharmacia indiana*, a exemplo das *Historologias medicas*, constituiu-se como parte de um amplo processo de construção, extensão e reconfiguração de conhecimento.

Considerações finais

Terminada esta análise, resta uma última questão. Se a *Medicina Oriental* foi enviada a Lisboa para ser publicada, porque nunca foi impressa? Até ao momento não foi revelada nenhuma documentação que possa servir de apoio a uma resposta definitiva, podendo-se apenas especular a respeito. A maior parte das descrições e classificações de plantas e animais da *Medicina Oriental* foi feita sob critérios de precisão amplamente reconhecidos desde o início da modernidade, mas que estavam a ser, ao final do século XVIII, progressivamente substituídos (PAPAVERO; LLORENTE-BOUSQUETS; ESPINOSA-ORGANISTA, 1996). As propostas classificatórias de Lineu, Buffon e Tounefort, por exemplo, procuravam conferir novas dinâmicas ao processo. Efeito indireto do desenvolvimento, ao longo do século XVIII, de diversas correntes de pensamento e da maior prevalência do pensamento matemático, as características mais subjetivas, próprias do galenismo, da história natural aristotélica e da teoria das assinaturas, estavam, aos poucos, a ser esvaziadas de suas capacidades explicativas (HANKINS, 2002). Em parte pelo desenvolvimento de processos de instrumentalização do conhecimento, mas também por causa do progresso técnico experimentado em diversas áreas, como a microscopia, os novos modelos classificatórios buscavam garantir que plantas ou animais classificados a partir de suas características morfológicas, com base no binômio forma/função, pudessem ser precisamente

identificados por qualquer pessoa em qualquer parte do mundo. Era importante certificar-se de que se tratava do mesmo tipo de indivíduo. A mínima diferença deveria dar origem a uma nova classificação e à nomeação de um novo ser/espécie (MARGÓCSY, 2014). A *Medicina Oriental* não era esse tipo de obra. Também a farmácia química presente na *Pharmacia indiana* já não encontrava mais lugar, ao final do século XVIII, entre os novos desenvolvimentos dos estudos flogísticos e dos gases (HANKINS, 2002). Existe grande probabilidade, portanto, de que quando chegou à Europa, por volta de meados da década de 1770, a *Medicina Oriental* tenha sido considerada, por parte de seus receptores, conceitualmente ultrapassada.

Além disso, é importante considerar o fato que sua circulação se deu em ambiente relativamente restrito, tanto no que se refere à Congregação do Oratório quanto à Real Academia das Ciências. Os defensores de a *Medicina Oriental*, sujeitos às condicionantes típicas das sociedades do Antigo Regime, não foram capazes de angariar o favorecimento de um benfeitor ou patrocinador. Sob a proteção de algum membro da nobreza ou do clero, mesmo obras conceitualmente ultrapassadas tendiam a ver ampliadas suas possibilidades de publicação. As evidências sugerem, claramente, que não foi esse o caso da obra de Luís Caetano de Meneses.

Produto das múltiplas dinâmicas de hibridização ocorridas em *zona de fronteira*, em *zona de contato* (PRATT, 1992), lugar de conflitos, mas também de negociações, cedências e fusões, é uma obra híbrida por excelência, na qual saberes das classes dominantes, tanto indianas quanto europeias, fundiram-se com tradições populares, cristãs e hindus, filtradas a cada vez que atravessaram o *middle ground* (WHITE, 2001), como moedas de troca, segredos negociados, conhecimentos usurpados, sempre filtrados pelo olhar dos indivíduos, atentos às próprias necessidades e aos anseios de suas próprias comunidades.

Pela sua conexão com a cultura, o território e as aspirações dos povos locais, os produtos desse processo – de que foi dado, como exemplo, *Medicina oriental*, de Luís Caetano de Meneses – relacionavam-se de forma profunda com as especificidades locais, mantendo, contudo, como ponto de referência, a Europa e o que aí se produzia. Esta revelava-se como estratégia necessária para a validação do processo de construção de conhecimento pelas elites dominantes, tanto em espaços coloniais como na metrópole. A Academia das Ciências de Lisboa tornava-se, neste contexto, pedra angular nesses processos de validação e circulação de conhecimento, configurando-se como depositária e como instrumento de poder, de cuja validação dependeram muitos dos percursos de incorporação e de disseminação de obras produzidas nos espaços plurais do Império Português.

Tendo em conta e identificando como centrais estas variáveis de análise, este artigo procurou, por um lado, facultar os quadros contextuais e analisar as relações de força e de poder, tanto político quanto científico, na Europa, em Portugal e no Oriente, e dar lugar, de forma indissociável, à análise dos contextos e dos agentes locais. Estes, ao mesmo tempo que eram depositários de um saber, de uma herança cultural e de aspirações locais, guardaram relações fundamentais, em uma relação assimétrica de poderes, com os contextos mais globais em que se inseriam.

Confirma-se, no final deste percurso de análise, orientado por perspectivas teóricas focadas em dinâmicas próprias de *zonas de contato* – as quais se apresentam como zonas de negociação e conflito, mas também como espaço de realizações sincréticas –, que todos esses elementos se revelaram fundamentais para os processos de construção, extensão, manutenção e reconfiguração do conhecimento, no âmbito do Império Português, entre a Índia e a Europa, ao ritmo das monções.

Fontes

- ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 21.
ACL – Série Azul de Manuscritos – COD 22.
ACL – COD 1944.
ACL – COD 1945.
BNP – COD 6377.

Referências Bibliográficas

- AUSTIN, Daniel. *Florida ethnobotany: Fairchild Tropical Garden, Coral Gables, Florida, Arizona-Sonora Desert Museum, Tucson, Arizona: with more than 500 species illustrated by Penelope N. Honychurch...* [et al.]. Boca Raton: CRC Press, 2004.
- BASTOS, Cristiana. Hospitais e sociedade colonial: esplendor, ruína, memória e mudança em Goa. *Ler História*, Lisboa, n. 58, p. 61–79, 2010. doi: 10.4000/lerhistoria.1157.
- BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo Ramada. Introdução. In: BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo Ramada (org.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BRACHT, Fabiano. Condicionantes sociais e políticos nos processos de produção de conhecimento: o caso da Índia Portuguesa do século XVIII. In: POLÓNIA, Amélia et al. (org.). *História e ciência: ciência e poder na Primeira Idade Global*, v. 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016, p. 94–121.
- BRACHT, Fabiano. *Ao ritmo das monções: medicina, farmácia, história natural e produção de conhecimento na Índia Portuguesa no século XVIII*. Tese de doutorado em História, Universidade do Porto, Porto, 2017.

- BRACHT, Fabiano. The Eastern Portuguese Empire: frontiers and contact zones in knowledge production contexts. In: POLÓNIA, Amélia et al. (ed.). *Cross-cultural exchange and the circulation of knowledge in the first global age*. Porto: CITCEM: Afrontamentos, 2018, p. 167-192.
- BRACHT, Fabiano & POLÓNIA, Amélia. Circulating knowledge: eighteenth century medical manuscripts produced in Portuguese India. In: BALA, Poonam (ed.). *Learning from Empire: medicine, knowledge and transfers under Portuguese Rule*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2018, p. 51-73.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- COOK, Harold. Creative misunderstandings: Chinese medicine in seventeenth-century Europe. In: RODGERS, Daniel T.; RAMAN, Bhavani; REIMITZ, Helmut (ed.). *Cultures in motion*. Princeton: Princeton University Press, 2013, p. 215-240.
- CROSBY, Alfred. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- DIAS, José Pedro Souza. A farmácia e a história. In: MENEZES, Ricardo Fernandes de (org.). *Da história da farmácia e dos medicamentos*. Lisboa: Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, 2005, p. 5-39.
- DIAS, Mariano. Fr. Caetano Vitorino de Faria. In: SOUZA, Teotónio de (ed.). *Essays in Goan History*. Nova Deli: Concept Publishing Company, 2002, p. 139-154.
- FERRÃO, José Eduardo Mendes. *A aventura das plantas e os descobrimentos portugueses*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa: Edições 70, 2014.
- HANKINS, Thomas Leroy. *Ciência e iluminismo*. Porto: Porto Editora, 2002.
- LOPES, Maria de Jesus dos Mártires. Ensino e cultura. In: LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (coord.). *Nova história da expansão portuguesa: o Império Oriental, 1660-1820*, vol. 5, tomo 2. Lisboa: Editorial Estampa, 2006, p. 133-160.
- LOPES, Maria de Jesus dos Mártires. Estudo introdutório. In: LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (org.) & REGO, Sebastião do. *Cronologia da Congregação do Oratório de Goa*. Lisboa: CHAM, 2009, p. XIII- XXIV.
- LOPES, Maria de Jesus dos Mártires & MATOS, Paulo Lopes. Naturais, reinóis e luso-descendentes: a socialização conseguida. In: LOPES, Maria de Jesus dos Mártires (coord.). *Nova história da expansão portuguesa: o Império Oriental, 1660-1820*, vol. 5, tomo 2. Lisboa: Editorial Estampa, 2006, p. 15-70.
- MANOHARARĀYA, SaradesĀya. *A history of Konkani literature: from 1500 to 1992*. New Delhi: Sahitya Akademi, 2000.
- MARGÓCSY, Dániel. *Commercial visions: science, trade, and visual culture in the Dutch Golden Age*. Chicago: The University Chicago Press, 2014.
- PAPAVERO, Nelson; LLORENTE-BOUSQUETS, Jorge; ESPINOSA-ORGANISTA, David. *Historia de la biología comparada desde el Génesis hasta el siglo de las luces: el siglo de las luces (Parte II)*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1996.

- PARDO-TOMÁS, José. Pluralismo médico y medicina de la conversión: Fray Agustín Farfán y los agustinos en Nueva España, 1533–1610. *Hispania*, Madrid, v. 74, n. 248, p. 749–776, 2014. doi: 10.3989/hispania.2014.022.
- PEARSON, Michael Naylor. The Portuguese State and medicine in sixteenth-century Goa. In: MALEKANDATHHIL, Pius & SOUZA, Teotónio de (ed.). *The Portuguese and the socio-cultural changes in India, 1500-1800*. Kerala: Fundação Oriente, 2001, p. 401–419.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “Plantas novas que os doutos não conhecem”: a exploração científica da natureza no Oriente português, 1768–1808. *História, ciências, saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 665–685, 2017. doi: 10.1590/s0104-59702017000300007.
- PIEDADE, Carla Delgado de & TAVARES, Célia Cristina da Silva. Oratorianos de Goa. In: FRANCO, José Eduardo; MOURÃO, José Augusto; GOMES, Ana Cristina Costa (dir.). *Dicionário histórico das ordens e instituições afins em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 2010, p. 98–111.
- PINTO, Celsa. *The forgotten martyrs: a revolt of the natives of Goa, 1787*. Mumbai: Broadway Publishing House, 2013.
- POLÓNIA, Amélia. Jumping frontiers, crossing barriers: transfers between oceans: the Portuguese overseas expansion case study. In: MUKHERJEE, Rila (ed.). *Oceans connect: reflections on water worlds across time and space*. Delhi: Primus Books, 2012, p. 121–142.
- POLÓNIA, Amélia. Understanding the role of foreigners in the Portuguese overseas expansion through the lenses of the theories of cooperation and self-organization. *Storia Economica*, Napoli, ano 18, n. 2, p. 385–413, 2014.
- PRATT, Mary Louise. *Imperial eyes: travel writing and transculturation*. London: Routledge, 1992.
- RAJ, Kapil. Mapping knowledge go-betweens in Calcutta, 1770–1820. In: SCHAFFER, Simon et al. (ed.). *The brokered world: go-betweens and global intelligence, 1770-1820*. Sagamore Beach: Science History Publications, 2009, p. 105–150.
- RAJ, Kapil. *Relocating modern science: circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.
- RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *A conjuração de 1787 em Goa, e varias cousas desse tempo: memoria historica*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1875.
- SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; BRACHT, Fabiano; CONCEIÇÃO, Gisele Cristina da. Das virtudes da ardência: uso e disseminação dos frutos de *Capsicum* nos séculos XVI e XVII. *Boletins do Museu Paraense Emílio Goeldi: ciências humanas*, Belém, v. 8, n. 1, p. 59–76, 2013. doi: 10.1590/S1981-81222013000100004.
- THIELE, Kevin R. et al. The controversy over the retypification of *Acacia Mill* with an Australian type: a pragmatic view. *Taxon*, Hoboken, v. 1, n. 60, p. 194–198, 2011.
- VIGIER, Jean. *Historia das plantas da Europa, e das mais uzadas que vem da Asia, e de Affrica, & da America: onde ve se suas figuras, seus nomes, em quo tempo florecem & o lugar onde nacam: com um breve discurso de suas qualidades e virtudes específicas: dividida em dois volumes, & acomodada na forma do grande Pinax de Gaspar Bauhino*. Lion: Officina de Anisson, Posuel & Rigaud, 1718.

- WALKER, Thimoty Dale. Global cross-cultural dissemination of indigenous medical practices through the Portuguese Colonial System: evidence from sixteenth to eighteenth-century ethno-botanical manuscripts. In: WENDT, Helge (ed.). *The globalization of knowledge in the Iberian Colonial World*. Berlin: Max Planck Research Library for the History and Development of Knowledge, 2016, p. 161-192. Trabalho apresentado na conferência Transfer of Knowledge in the Iberian Colonial World.
- WHITE, Richard. *The Middle Ground: Indians, empires and republics in the Great Lakes Region, 1650-1815*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- XAVIER, Ângela Barreto. *A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- XAVIER, Ângela Barreto & ŽUPANOV, Ines G. Ser brâmane na Goa da época moderna. *Revista de História*, São Paulo, n. 172, p. 15-41, 2015. doi: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2015.98757.

Recebido: 16/10/2018 – Aprovado: 16/05/2019

Editores Responsáveis:

Júlio Pimentel Pinto e Flavio de Campos